

Downs Vence Mais Uma Vez? Posicionamento Ideológico-Partidário nas Eleições 2012

Denisson Silva (UFAL)

Willber Silva Nascimento (UFAL)

Ranulfo Paranhos (UFAL)

Emerson Tiago Alves (UFAL)

Suzana Alves (UFAL)

Maria Augusta Teixeira Oliveira (UFAL)

Resumo: *Em que posição ideológico-partidária o voto do eleitor brasileiro se concentrou nas eleições 2012? Este trabalho busca responder essa questão analisando os resultados eleitorais obtidos pelos candidatos a prefeito, a partir do banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Metodologicamente usamos estatística descritiva para analisar os dados e utilizamos uma escala padronizada de ideologia político-partidária (1-extrema-esquerda; 2-esquerda; 3-centro-esquerda; 4-centro; 5-centro-direita; 6-direita; 7-extrema-direita) para categorizar os resultados. Os achados indicam que (1) o voto do eleitor médio brasileiro encontra-se direcionado ideologicamente no centro (C); (2) a esquerda (E) obtém maioria dos cargos de prefeito (45,83%) apenas em cidades acima de 500 mil eleitores; (3) a extrema-esquerda (EE) alcançou 0,34% das cadeiras de prefeitos, enquanto a extrema-direita (ED) atingiu 16,29% do total.*

Palavras-chave: *Eleições 2012; Partidos políticos; Ideologia partidária.*

Abstract: *What position ideological-partisan vote of Brazilian voters focused on the 2012 elections? This paper seeks to answer this question by analyzing the election results obtained by the candidates for mayor, from the database of the Supreme Electoral Tribunal (TSE). Methodologically we used descriptive statistics to analyze the data and use a standardized scale of political party ideology (1-extreme-left; 2-left; 3-center-left; 4-center; 5-center-right, 6-right; 7-extreme-right) to categorize results. The findings indicate that (1) the voter's choice of Brazilian midfielder is ideologically driven in the center (C), (2) the left (L) gets most offices of mayor (45.83%) only in cities above 500 thousand voters, (3) the extreme left (EL) reached 0.34% of the seats of mayors, while the extreme right (ER) reached 16.29% of total.*

Keywords: *Elections 2012; political parties; partisan ideology.*

INTRODUÇÃO

Em que posição ideológico-partidária o eleitor brasileiro votou nas eleições para prefeito em 2012? O presente artigo busca responder essa questão, utilizando uma classificação onde os partidos se distribuem ao longo de uma escala de sete pontos (1-extrema-esquerda; 2-esquerda; 3-centro-esquerda; 4-centro; 5-centro-direita; 6-direita; 7-extrema-direita). E por que um estudo sobre os resultados eleitorais com base posicionamento ideológico dos partidos políticos? (1) Porque esse tema não é de consenso entre os pesquisadores em Ciência Política no Brasil; (2) porque consideramos que afinidade ideológica é uma variável explicativa, em maior ou menor grau, para padrões de coligações, coalizões, relações executivo-legislativo, disciplina dos parlamentares, produção legislativa, entre outras ações do agente público; e (3) porque os modelos democráticos exigem partidos políticos e esses devem possuir distinção entre si e essa distinção tem que ser percebida pelos eleitores.

Partimos dos pressupostos do modelo proposto por Anthony Downs (1999) para analisar os resultados. Nesse modelo, (1) os partidos políticos são vistos enquanto um conjunto de pessoas que buscam postos no poder (governo); e (2) os eleitores racionalizam seu voto na medida em que procuram maximizar suas preferências em partidos que aumentem seus ganhos, ou seja, políticas que os beneficiem. Nesse cenário, os governos (partidos) formulam agendas que possam, da melhor maneira possível, atender preferências de seu eleitorado buscando maximizar seus votos e manter-se no poder. Logo, os partidos políticos formulam propostas para ganharem votos e não buscam votos para criar políticas.

Dentro desse jogo de custos informacionais, partidos políticos se comportam enquanto ideologias – mecanismos que encurtam o caminho em busca de informação, reduzindo os custos para conquistar votos do eleitorado, mantendo uma relação estável entre ideologias e políticas defendidas pelos partidos. Em outras palavras, segundo o modelo Downsiano, as ideologias são meios para maximizar a quantidade de votos reduzindo os custos informacionais de ambas as partes.

Nesse sentido, o trabalho aborda a questão da classificação ideológica dos partidos na arena eleitoral, a partir dos dados das eleições municipais 2012 para prefeitos, presente na base dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE¹).

O trabalho está organizado da seguinte maneira: na próxima seção apontamos os aspectos relevantes do modelo teórico formulado por Anthony Downs (1999); em seguida apresentamos o modelo de classificação ideológico-partidária a partir dos dados de Zucco e Power (2009); na seção seguinte fazemos uma breve revisão sobre o debate atual acerca de votos, ideologia política e partidos políticos no Brasil; na quinta seção analisamos os resultados das eleições 2012 para prefeito no Brasil, relacionando-os ao modelo de classificação ideológico-partidária proposto; por último, apresentamos nossas considerações finais e apontamos os limites desse trabalho.

O MODELO DOWNSIANO

Discutiremos a seguir questões referentes à racionalidade dos eleitores e dos partidos políticos, bem como as estratégias para decisão do

¹ www.tse.jus.br

voto e, principalmente, as análises deste acerca de ideologia, votos e partidos políticos em sistemas políticos democráticos.

Anthony Downs (1999) formula um modelo teórico para análise da constituição dos governos democráticos modernos, onde democracias modernas funcionam sobre a lógica dos mercados capitalistas. Baseado na teoria da escolha racional, Downs afirma a supremacia na arena política da *ação interessada e racional de eleitores, partidos políticos e governos*. Os partidos políticos são empresas que visam vender seus produtos e os eleitores são consumidores em buscas de boas ofertas. Para tanto, todo governo tende a aumentar seu apoio político para maximizar suas chances de reeleição, enquanto que os eleitores estão em busca de *public policy*² que lhes beneficiem.

Eleições (DOWNS, 1999) possuem como função política selecionar aqueles indivíduos que apresentam propostas de agendas de governos. Logo, eleitores são racionais na medida em que votam para escolher ou selecionar quem governará e, principalmente, quem poderá lhe proporcionar os maiores ganhos quando eleito para os cargos de chefia.

Segundo Downs, todos os partidos políticos possuem, no mínimo, duas funções: (1) produzir e implementar políticas e (2) garantir seus ganhos individuais, ou seja, a partir dos cargos alcançar os objetivos individuais daqueles que o ocupam. De maneira mais direta, “*Os partidos formulam políticas afim de ganhar eleições, e não ganham eleições afim de formular políticas*” (DOWNS, 1999:50). Nessa mesma direção, Schumpeter (1952) afirma que numa democracia, partidos políticos, inclusive os partidos socialistas, tem como prerrogativas a defesa de seus

² O termo se relaciona com iniciativas governamentais, diretrizes, ações, planos e interesses sociais. Para uma abordagem introdutória ver Rua (1998; 2009), Sabatier (1995), Secchi (2010) e Souza (2006).

interesses através do oportunismo eleitoral. Por sua vez, Himmelweit *et al* (1985), em um sistema multipartidário, o eleitor mostra um procedimento no qual não aparece o apoio aos partidos que não têm possibilidades reais de ganhar a eleição, maximizando suas chances de acertos. Ainda nessa mesma linha, Fiorina (1981), esclarece que não há nova decisão dos eleitores em cada eleição, mas que estes desenvolvem uma identificação com o partido político, sempre que este concorde mais com uma avaliação retrospectiva do que com uma ligação emocional. Assim, os eleitores são sensíveis a cenas políticas, onde os interesses dos líderes partidárias e da ideologia dos partidos variam constantemente.

De forma resumida, o foco dos partidos políticos em eleições é maximizar seus ganhos, votos, enquanto que seu meio é a produção e execução de políticas públicas. Essas políticas, por sua vez, são reconhecidas pelo eleitorado, que pode ou não aprovar respondendo com votos no partido em questão ou com a rejeição ao mesmo.

No modelo o voto racional do eleitor baseia-se no desempenho dos governos em relação à renda de utilidade. Em sistemas multipartidários os graus de incerteza podem afetar sobremaneira o voto racional do eleitorado. A incerteza possibilita diferentes graus de confiança em decisões de votos para diferentes grupos de eleitores. Basicamente os eleitores que possuem incertezas podem ser mais facilmente influenciados por aqueles que possuem informações corretas, porém tendenciosas, o que acaba por gerar competições *“pela liderança entre partidos, grupos de interesses e compradores de favor”* (DOWNS, 1999:115).

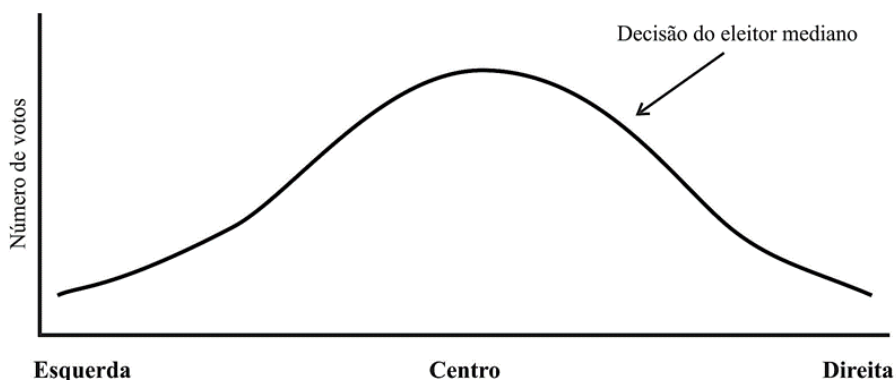
Com vistas à redução dos custos de informações no processo de decisão do voto e mediante as altas taxas de incertezas, os eleitores usam a ideologia enquanto um redutor de custos de informação. Os partidos políticos por sua vez usam a ideologia como fator importante para a

obtenção de apoio de grupos sociais, bem como limitam os custos de decisão sobre políticas que agrupam maior número de votos (ANTUNES, 2008; ANDERSON & WARD, 1996). Em outras palavras, para Anthony Downs as ideologias são meios para um fim específico: obter votos.

A ideologia, porém pode ser altamente influenciada pela distribuição dos eleitores ao longo de uma escala política, nesse sentido essa distribuição do eleitorado é um parâmetro político importante para a definição de todo sistema partidário-eleitoral, que formatará as regras de competição e em última instância o modelo democrático (SCHMITT & HOLMBERG, 1995; FREIRE, 2005; LEWIS-BECK & STEGMAIER, 2000). Nessa linha de raciocínio, Downs (1999) afirma que, baseado na posição política do eleitorado, os partidos políticos tendem a manter posições ideológicas semelhantes, buscando maior proximidade possível da maior parcela deste eleitorado, inclusive buscando apoio de todas as classes e interesses. A noção de que partidos políticos buscam se comportar a ponto de aumentar as chances de captar votos, indica que eleitores tendenciosamente optam por comportamentos ideológicos segundo uma curva normal: “a distribuição numérica de eleitores ao longo da escala política determina, em grande medida, que tipo de democracia se desenvolverá”, segundo a figura abaixo:

Depois de apresentada de forma objetiva o modelo de Anthony Downs com foco nos partidos políticos e preferência dos eleitores, esse trabalho busca identificar em qual posição politico-ideológico o voto do eleitor brasileiro foi depositado nas eleições para prefeito 2012.

Figura 1: Modelo de Anthony Downs



A seção a seguir discute ideologia partidária e partidos políticos.

CLASSIFICAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA: A DIFÍCIL TAREFA

Mesmo sendo uma tarefa árdua, estudos na Ciência Política brasileira vem buscando uma classificação ideológica dos partidos políticos (POWER e ZUCCO Jr., 2009; ZUCCO Jr., 2009; TELLES e STORNI, 2009; MADEIRA e TAROUCO, 2009; TAROUCO, 2008; VEIGA, 2007; CARREIRÃO, 2002, 2007). Porém, o sistema partidário brasileiros possui algumas peculiaridades, como frágil enraizamento social, alta fragmentação, sistema federativo e grandes disparidades regionais, uma grande parte da literatura tem apontado a democracia brasileira como tendo um sistema partidário ideologicamente inconsistente.

Para Limongi e Figueiredo (1995), Samuels (1997), Meneguello (1998), Schmitt (1998 e 1999), Melo (1999), Amorim Neto (2000), Mainwaring, Meneguello e Power (2000), Ames (Ames, 2001) e Rodrigues (2002, 2009), a definição de que PT e PDT se posicionam na

esquerda, PMDB e PSDB são partidos de *centro* e PPB e PFL são da *direita*, se convencionam segundo esses autores. Essa perspectiva aponta que a maior parte da produção vem tomando como base uma escala de ideologia político-partidária de três pontos (*esquerda*, *direita* e *centro*), e as críticas a esse modelo tem sido, em sua maioria, pessimistas quanto ao universo ideológico dos partidos políticos brasileiros. Não sem razão, a terminologia *esquerda/direita* possui um modesto potencial para explicar algumas características do modelo democrático brasileiro e o comportamento do sistema partidário, apontando para a relevância do eixo *governo/oposição* para compreender o sistema partidário (ZUCCO Jr., 2009).

Mais especificamente, alguns estudos buscam investigar o posicionamento ideológico dos partidos brasileiros (MADEIRA e TAROUCO, 2009; TAROUCO, 2007, 2008) procurando analisar os programas partidários e/ou os programas de governo, enquanto outros visaram a percepção dos eleitores e o comportamento dos mesmos em relação às ideologias dos partidos (TELLES e STORNI, 2009; CARREIRÃO, 2002, 2007, 2008).

Dentre os esforços que visam a compreensão do autopoicionamento dos partidos políticos destaca-se o trabalho de Power e Zucco Jr. (2009) e Zucco Jr. (2009), analisando a ideologia dos partidos políticos brasileiros em relação ao Congresso Nacional. A classificação proposta por esses autores é baseada no resultado de pesquisas de opinião (*survey*) aplicada aos parlamentares, desde 1990, onde as respostas categorizam os partidos políticos numa escala que varia de 1 a 10 pontos. Os autores apontam que a estabilidade entre a maneira com que os parlamentares se vêem e a maneira com que os outros políticos os veem indicam um fator ideológico, por outro lado, esse fator está pouco associado ao modo de

atuação dos congressistas no modelo *governo/oposição* (ZUCCO Jr., 2009).

Tendo em vista que não há um consenso entre os autores especialistas quanto ao posicionamento ideológico dos partidos políticos no Brasil, reunimos a classificação feita pela literatura e adotamos como classificação o cruzamento da maior recorrência entre eles. Esse esforço estabelece uma classificação de sete pontos (da extrema-esquerda para a extrema-direita). O quadro abaixo ilustra essa classificação.

Baseado no Quadro 1, classificamos os partidos políticos numa escala ideológica de sete pontos, onde o ponto 1 representa a *extrema-esquerda* (EE), 2 a *esquerda* (E), 3 *centro-esquerda* (CE), 4 *centro* (C), 5 *centro-direita* (CD), 6 *direita* (D) e 7 *extrema-direita* (ED). Adotamos, no geral, como critério de escolha para classificação dos partidos políticos nessa escala o princípio da recorrência do partido na posição ideológica sugerida pelos autores. Os resultados estão sumarizados no quadro 2.

Devemos atentar para classificação do PSD. O localizamos na escala ideológica a partir da origem partidária dos deputados federais que o fundaram, ou seja, calculamos a média ponderada a partir da soma dos pontos que representavam os parlamentares em seus partidos originais (ver APÊNDICE). Ainda, excluímos das nossas análises o PPL e PTC devido às limitações na identificação³.

Sabe-se que o fenômeno ideologia é bastante contestado nos estudos recentes na Ciência Política. Porém, a presente classificação é a que se mostra mais satisfatória para a análise dos resultados eleitorais.

³ PPL e PTC elegeram 11 e 18 prefeitos respectivamente. A soma (29 prefeitos) não influencia de forma significativa os resultados, representando 0,52% do total aqui analisado (N=5.550).

Quadro 1- Classificação ideológica dos partidos políticos no Brasil segundo alguns autores

Autor(es)	Extrema- Esquerda	Esquerda	Centro- Esquerda	Centro	Centro- Direita	Direita	Extrema- Direita
Lamounier (1989)		PT, PSB, PCB e PCdoB	PDT	PMDB e PSDB		PFL*, PDS*, PDC* e PL**	
Kinzo (1993)		PT	PDT e PSDB	PMDB e PTB	PL, PDC*, PFL*** e PDS*		
LIMA Jr. (1993)		PT, PCB, PDT e PSDB				PMDB, PDS*, PTB e PFL***	
Novaes (1994)		PT	PDT e PSDB		PMDB	PFL***	
Figueiredo e Limongi (1999)		PT e PDT		PMDB e PSDB		PPR*, PFL*** e PTB	
Schmitt (2000)		PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS e PV		PMDB e PSDB		PFL***, PPB*, PL**, PRN*, PP, PDC*, PSC, PDS*, PMN, PRS, PST, PTR*, PRONA**, PSL, PRP e PMB*	
Mainwaring (2001)		PT, PCdoB, PCB, PSB, PPS	PDT e PSDB	PMDB	PTB, PDC e PP	PL**, PRN*, PFL***, PDS*, PPR*, PPB* e PRONA**	

Downs Vence Mais Uma Vez? Posicionamento Ideológico-Partidário nas Eleições 2012

Rodrigues (2002)		PT e PDT		PMDB e PSDB		PPB* e PFL***	
Ames (2003)		PT, PPS e PSB	PDT e PSDB	PMDB	PTB	PFL*** e PPB*	
Melo (2004)		PT, PCdoB, PPS e PV		PMDB e PSDB		PDC*, PL**, PST*, PSC, PTR*, PMN, PDS*, PRP, PRS*, PPB*, PFL***, PL**, PTB, PP	
Miguel e Machado (2007)	PSTU, PCO e PCB	PT, PCdoB, PSB, PHS e PV	PDT e PPS	PMDB e PSDB		PFL***, PL**, PPB*, PTB, PRN*, Prona**, PRTB, PSC, PSDC, PTdoB e PTN	
Paranhos (2009)		PT, PCdoB, PSB, PV e PDT		PMDB e PSDB	PTB	PL**, PTdoB e PPB*	PSL, PSDC, DEM, PP e PSC
Power e Zucco Jr. (2009)	PSTU e PSOL	PT, PCB, PCdoB, e PSB	PDT e PPS	PMDB e PSDB	PTB	PR	PDS, PP, PSC e DEM

Fonte: Elaboração dos autores a partir da literatura presente no quadro.

*Não existe mais.

**Fusão PL e PRONA, em 26 de outubro de 2006, para criação do PR (Partido da República).

*** Em 28 de setembro de 2007 o PFL (Partido da Frente Liberal) deixou de existir par ser substituído pelo DEM (Democratas).

Quadro 2- Classificação ideológica em sete pontos

EE	E	CE	C	CD	D	ED
PSTU	PCdoB	PDT	PMDB	PTB	PRP	DEM
PSOL	PT	PPS	PSDB	PSD	PR	PP
PCO	PSB				PRB	PSDC
	PV				PMN	PSL
	PHS				PTdoB	PSC
	PCB				PRTB	
					PTN	

Fonte: Elaboração dos autores.

Uma vez que o objetivo deste trabalho é apontar a direção do voto do eleitorado brasileiro em relação a esta classificação ideológico-partidária nas eleições 2012.

ELEITORADO E PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

O que a literatura aponta como características definidoras do voto do eleitorado brasileiro? Esta seção traça um panorama geral acerca dos principais achados da literatura para responder a questão acima. Como opção metodológica apresentamos aqui somente artigos onde seja notável a correlação entre votos, ideologia e partidos políticos no Brasil.

No que se refere aos estudos acerca de eleições, os partidos políticos são instituições importantes para a existência e funcionamento dos modelos democráticos (KINZO, 2005). Os partidos, dentre outras atividades, estruturam a competição política, bem como as opções de *public policy* e, principalmente, dão sustentabilidade aos sistemas de governos mediante formação de bases governamentais e oposições a estas (PAIVA *et al.*, 2007).

O debate acerca da influência dos partidos políticos sobre o voto do eleitorado está longe de ser encerrado. A literatura especializada aponta dois pontos opostos sobre a temática: (1) os que apontam o enfraquecimento da identificação partidária e sua pouca influência no voto do eleitorado – distanciamento acentuado entre eleitores e partidos políticos; e (2) aqueles que apontam para a importância dos partidos políticos para o sistema eleitoral e enquanto influente na decisão do voto do eleitor – os partidos, mesmo encontrando muitas dificuldades, conseguem angariar votos junto a uma parcela do eleitorado.

Vamos proceder com a análise da literatura a partir da seguinte ordem: (1) aqueles que encontram nos partidos políticos força para influenciar a decisão do eleitor em relação a seu voto e (2) aqueles que concluem que os partidos possuem pouca ou nenhuma influência quanto a decisão do voto dos eleitores brasileiros.

Figueiredo *et al.* (2002), reporta um estudo acerca de *voto e partidos políticos* no Brasil, levando em conta as eleições e as opiniões dos eleitores da cidade de São Paulo numa série temporal de 1994-2000. O estudo aponta forte identificação partidária, constatando que há três agremiações partidárias que conseguem agrupar a maioria dos votos em determinados setores da sociedade, independentemente do perfil da eleição. Em síntese, os achados apontam que existe um grau de correlação muito alto entre votos e opinião do eleitorado, tanto para os pleitos majoritários quanto para os proporcionais.

Em contraste, analisando os vínculos partidários no Brasil, Kinzo (2005) afirma que entre 1988 e 2002, no que se referem às eleições presidenciais, as taxas de preferências do eleitor brasileiro por partidos políticos diminuíram, concluindo deste modo, que os partidos não são notados enquanto atores distintos. A quantidade limitada de informação

sobre os partidos, bem como a alta e complexa competição eleitoral no Brasil acabariam por contribuir para os baixos índices de identificação partidária.

Concluimos que no Brasil a identificação partidária é baixa, no entanto, não significa dizer que há uma completa rejeição a política partidária. Essa baixa identificação está relacionada principalmente com a dificuldade que o eleitor brasileiro possui em distinguir os partidos políticos entre si no que diz respeito às suas agendas de propostas. Um exemplo disso é o Partido dos Trabalhadores (PT), que conseguiu ao longo do tempo¹ manter altos níveis de identificação junto ao eleitorado, mas à medida que ampliou suas bases eleitorais precisou adequar seu programa político-ideológico às demandas dos possíveis novos eleitores, o que lhe conferiu atributos menos definidores em relação a outros partidos políticos.

Nesse sentido podemos aferir dois modelos de análise para este tipo de estudo, (1) identificação partidária e (2) identificação ideológica. A primeira opção diz respeito ao próprio partido político, ou seja, identificação da sigla e de seus líderes. A identificação partidária dá-se pela diferenciação das agremiações. A segunda análise, por sua vez torna mais aparente a sua agenda programática, ou seja, sua posição político-ideológica. Se o modelo for verdadeiro espera-se então que à medida que os partidos políticos passem a buscar votos em outros campos político-ideológicos a diferenciação partidária diminua, não possibilitando assim ao eleitor distinguir um partido de outro.

¹ Segundo a literatura (KINZO, 2005; VEIGA, 2007; PAIVA, 2007; CARREIRÃO; 2008), a partir de 2002 o PT começa a perder identificação político-ideológica junto ao eleitorado.

Um exemplo disso foi a campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República na década de 90 e principalmente após sua vitória eleitoral (2002) quando da formação da sua coalizão governativa, a saber a “*diluição da rigidez ideológica*” (CARREIRÃO, 2008, p. 321). No entanto, falar em “*diluição da rigidez ideológica*” não implica dizer que não existam clivagens ideológicas perceptíveis que acabem por influenciar o voto do eleitorado brasileiro. Para Downs em democracias modernas competitivas os partidos tenderiam a se posicionar ideologicamente próximo a maior parcela do eleitorado. Sugerimos no presente trabalho que o fenômeno da “*diluição da rigidez ideológica*” mantenha relação positiva com o modelo proposto por Downs (1999).

Em trabalho recente Braga e Pimentel Jr. (2011) afirmam que a literatura corrente aponta para a baixa identificação partidária, logo esta organização não influenciaria significativamente o voto do eleitorado brasileiro. Esta assertiva, porém tende a não se verificar de imediato nas eleições presidenciais brasileiras caracterizadas pela disputa bipartidária entre PT e o PSDB. Isso sugere que o desenvolvimento gradativo de maior identificação partidária no Brasil está em marcha.

Por sua vez Paiva e Tarouco (2011) concluem que o nível socioeconômico não influencia o voto do eleitorado brasileiro bem como se confirma o declínio da identificação partidária e o enfraquecimento dos laços sociais entre partidos e eleitores. Mesmo após sucessivos pleitos eleitorais, desde a redemocratização, os partidos políticos brasileiros competem num sistema eleitoral-partidário extremamente fragmentado e marcado por poucas clivagens programáticas e ideológico-partidárias.

Por fim, Veiga (2011) assinala que os índices de identificação partidária sofreram quedas fortes nos anos de 2005 possivelmente pelos escândalos de corrupção do qual o “*mensalão*” foi seu maior expoente,

porém conseguiram nos anos subsequentes retomar seu patamar do ano de 2002.

Esta seção apresentou uma revisão acerca do que vem sendo debatido sobre votos e partidos políticos na literatura acadêmica nacional. Observou-se que existem dois grupos opostos para essas análises: (1) aqueles que afirmam que os partidos políticos no Brasil não influenciam decisivamente o voto do eleitor brasileiro e, (2) por outro lado, os que afirmam a fragilidade dos partidos políticos nacionais, mas mesmo assim ainda conseguem influenciar a decisão do voto de parcela relevante do eleitorado brasileiro. A seção a seguir analisa os resultados das eleições 2012 para prefeito no Brasil, com foco a identificar o posicionamento político-ideológico do voto.

RESULTADOS

Essa seção apresenta os resultados das eleições para prefeitos em 2012, a partir do uso da técnica de estatística descritiva. Os dados foram coletados na base do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para o ano de 2012. Analisamos 14.964 candidatos a prefeitos municipais para um total de 5.550 municípios. A tabela abaixo sumariza esta estatística descritiva.

Quadro 3 – Estatística descritiva da base de dados

Municípios (N _M)	Total Candidatos (N _C)	Média de Candidatos Brasil	Total de Candidatos CO	Total de Candidatos N	Total de Candidatos NE	Total de Candidatos S	Total de Candidatos SE
5550	14.964	2,64	1.206	1.398	4.757	2.850	4.753
			8,1%	9,3%	31,8%	19,0%	31,8%

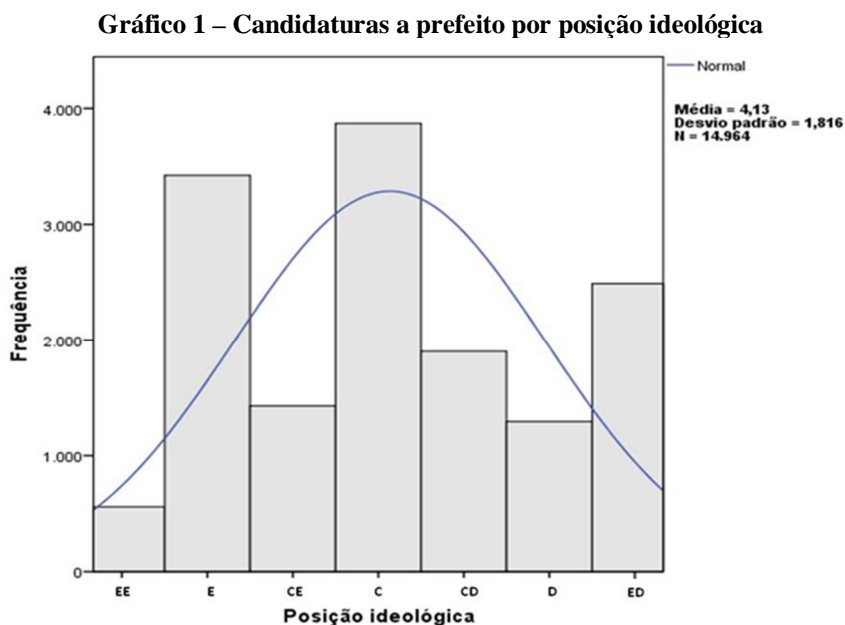
Fonte: Elaboração dos autores a partir do TSE (2012)

Metodologicamente apresentamos aqui as limitações do bancos de dados. Para efeito de estudo, esse trabalho (1) não considera em sua base

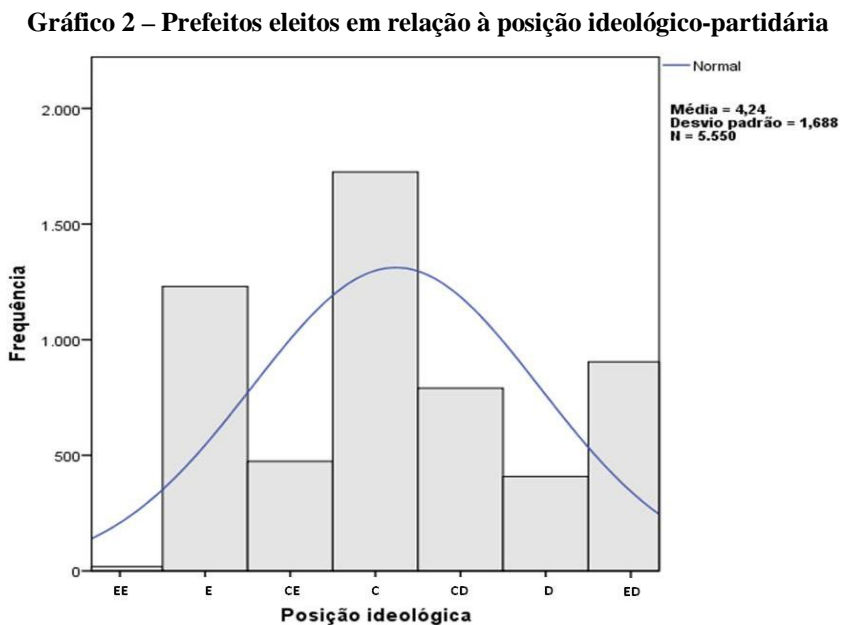
dados os municípios, bem como os candidatos a prefeito municipal que tiveram suas candidaturas indeferidas pelo TSE; (2) os municípios cujo Partido da Pátria Livre (PPL) ganhou o pleito eleitoral também foram extraídos da base de dados, uma vez que ainda não dispomos de informações suficientes para fazer a sua categorização na escala ideológico-partidária.

Nos resultados aqui apresentados analisamos o voto do eleitorado brasileiro em relação ao posicionamento ideológico-partidário, bem como as candidaturas em relação aos eleitos comparados por quantidade de eleitores, região, com respectivas considerações.

O gráfico abaixo apresenta os números relativos à quantidade de candidatos que se apresentaram ao pleito na disputa de prefeituras em todos os municípios brasileiros, a partir do posicionamento ideológico de seu partido.



O gráfico ilustra que a maior quantidade de candidatos lançados à disputa por prefeituras no Brasil situa-se na posição de *centro* (C) (25,86%) no que se refere à classificação ideológica estabelecida, seguida da *esquerda* (E) (22,87%) e da *extrema-direita* (ED) (16,4%). Referindo-se agora, exclusivamente, aos candidatos que venceram a disputa eleitoral para prefeituras no Brasil em 2012, relacionando-os ao posicionamento ideológico-partidário, o gráfico abaixo confirma as expectativas do trabalho.



O *centro* (C) aparece como o ponto ideológico aglutinador de maior preferência do eleitor brasileiro alcançando 31,08% dos prefeitos eleitos no Brasil. Os candidatos situados ao *centro* (C) foram os que mais ganharam prefeituras no pleito 2012. A *esquerda* (E) ficou com a segunda posição, alcançando o número de 22,16% de prefeitos eleitos.

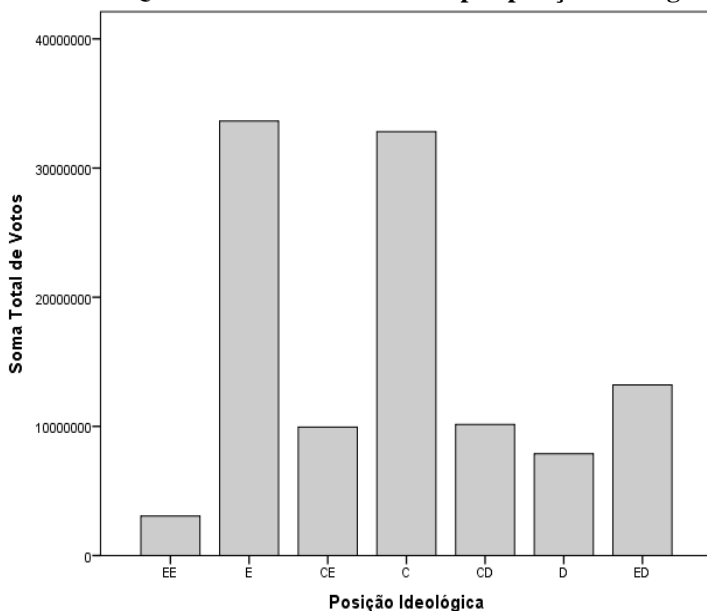
Sabe-se que os partidos políticos brasileiros de *centro* (C) brasileiros são o PMDB e PSDB. Estes alcançaram resultados significativos quanto às disputas para prefeituras em todo Brasil. Essas agremiações, segundo Paranhos *et al.* (2013), representam as que mais elegeram prefeitos em 2012, PMDB (1.025) e PSDB (700) respectivamente. No que se refere aos partidos de *esquerda* (E), quem mais elegeu prefeitos em 2012, ainda segundo estes autores, foi PT e PSB, alcançando o número de 636 e 442 prefeitos eleitos respectivamente.

O Partido Social Democrático (PSD), disputou seu primeiro pleito eleitoral alcançando uma taxa de sucesso de 45,6% nas disputas por prefeituras em 2012, elegendo 495 prefeitos, ocupando a quarta posição em agremiações que mais elegeram prefeitos em 2012 no Brasil (PARANHOS *et al.*, 2013). Para Downs (1999) os novos partidos podem ser lançados na arena eleitoral com menos custos ideológicos e conseguindo representar parte do eleitorado à disposição, como resultado do enfraquecimento de velhas legendas.

Ressaltarmos aqui um dos pressupostos do modelo teórico que aponta as dificuldades de sucesso eleitoral dos posicionamentos ideológico-partidários extremistas. O exemplo disso, é o baixo sucesso eleitoral da *extrema-esquerda* (EE) que alcançou 0,34% dos prefeitos eleitos. Por outro lado, os dados apontam que a *extrema direita* (ED) alcançou 16,29% das cadeiras de prefeito. O gráfico a seguir sumariza as informações sobre o total de votos obtidos por posição ideológica.

A *esquerda* (E) foi a posição ideológica que mais recebeu voto nas eleições para prefeito 2012, alcançou o patamar de 33.637.794 votos, seguido do *centro* (C) com 32.825.465 votos conquistados. Em terceiro lugar aparece a *extrema-direita* (ED) alcançando uma soma total de 13.216.949 de votos. *Centro-direita* (CD) obteve 10.142.395 votos e a

Gráfico 3 – Quantidade de votos obtidos por posição ideológica



centro-esquerda (CE) aproximadamente a mesma quantidade de votos (9.944.327). A tabela abaixo resume a taxa de sucesso das posições ideológico-partidárias em termos de frequência e porcentagens de candidatos e eleitos.

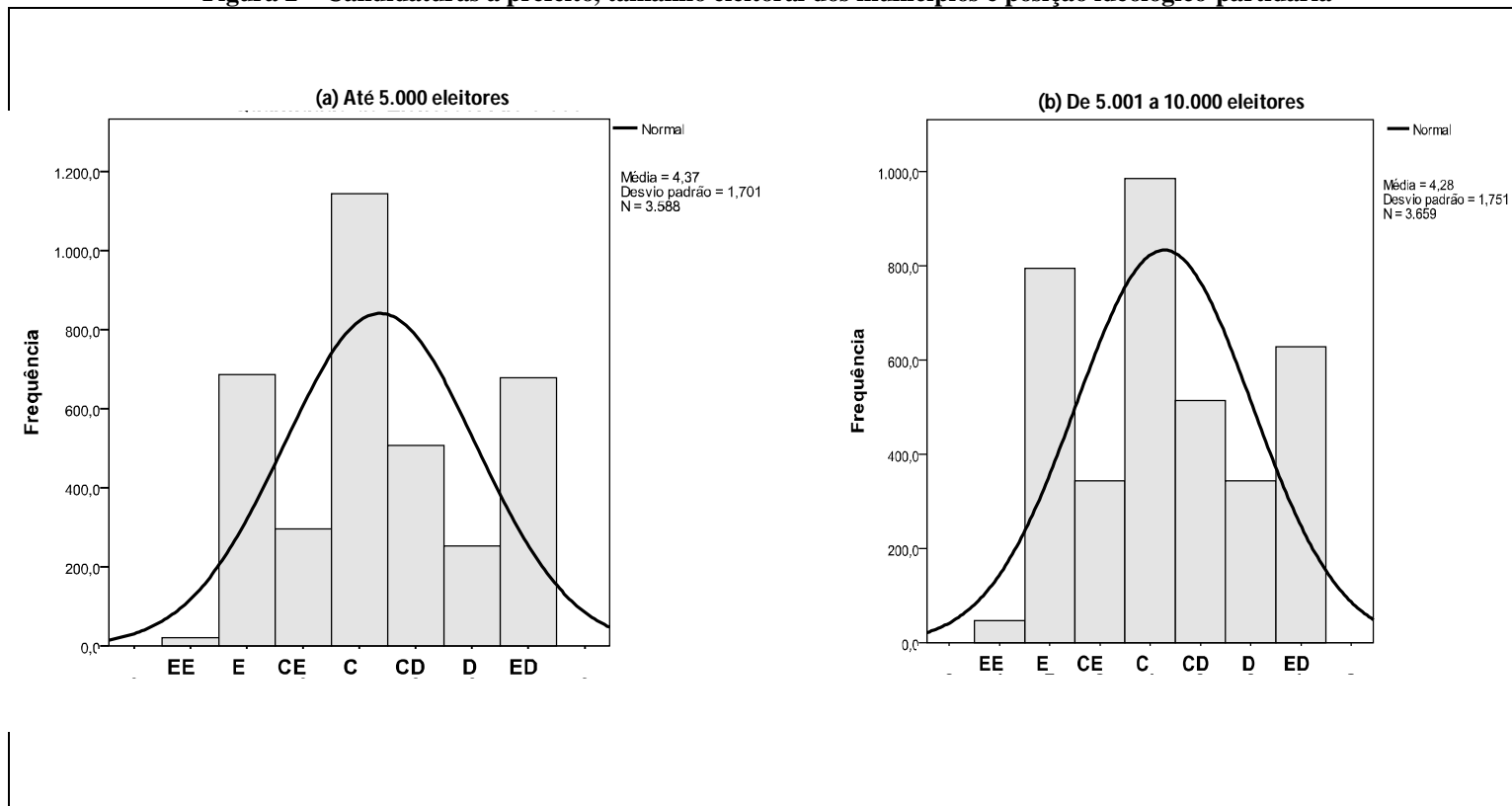
Tabela 1 – Situação por Posição ideológica

Situação	Posição Ideológica							
	EE	E	CE	C	CD	D	ED	
ELEITO	Freq.	19	1230	474	1725	790	408	904
	%	3,4	35,9	33,2	44,6	41,6	31,6	36,3
NÃO ELEITO	Freq.	540	2193	954	2145	1111	885	1586
	%	96,6	64,1	66,8	55,4	58,4	68,4	63,7
Total	Freq.	559	3423	1428	3870	1901	1293	2490
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

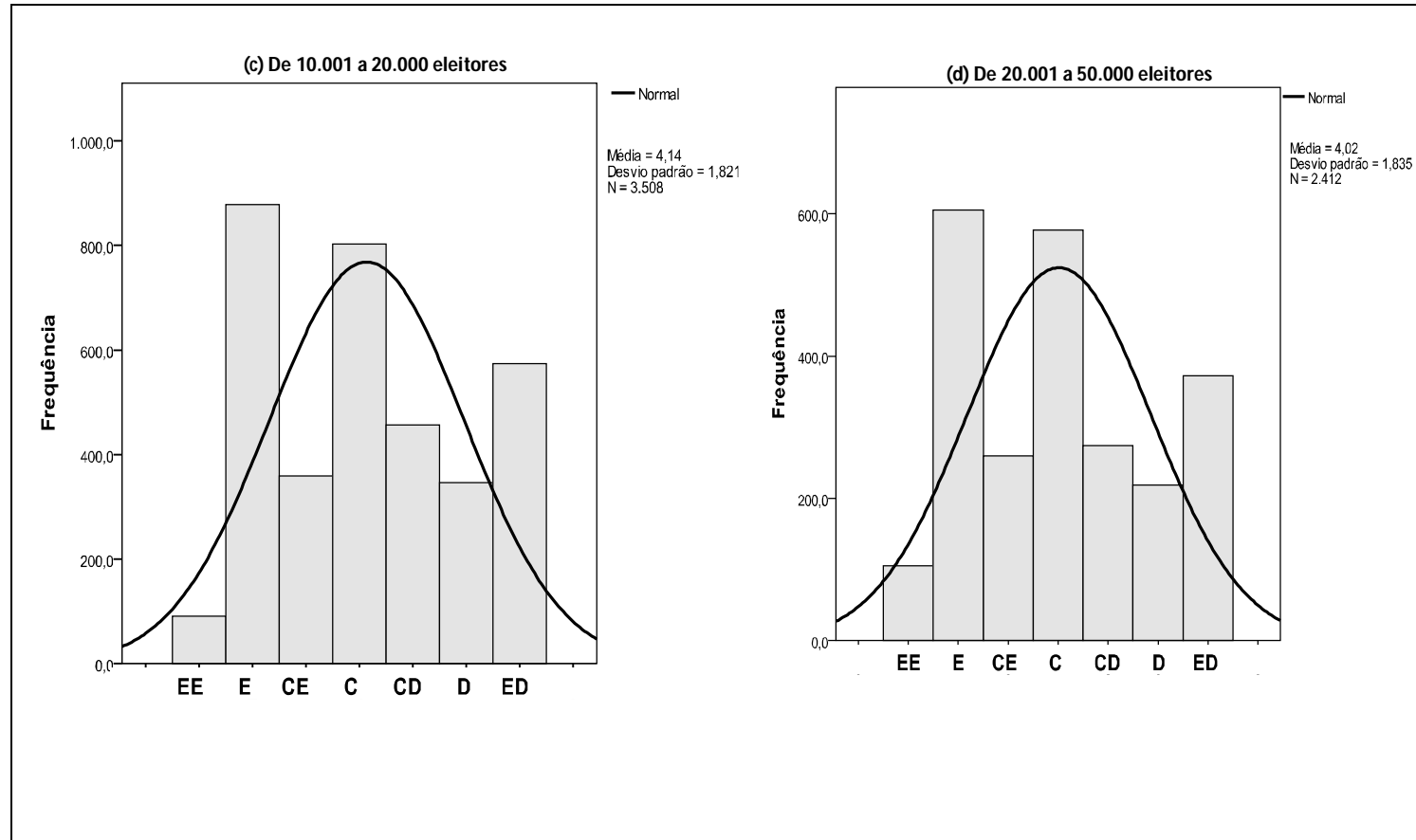
Essa tabela apresenta que a melhor taxa de sucesso das variantes ideológico-partidárias foi alcançada pelo *centro* (C) (44,6%), seguido de *centro-direita* (CD) (41,6%) e *extrema-direita* (ED) (36,3%). Os dados indicam que mesmo a posição ideológica esquerda (E) tendo obtido a maior quantidade de votos, foi a posição de *centro* (C) que obteve a maior taxa de sucesso eleitoral e o maior número de prefeitos eleitos (1.725) em 2012. A taxa de sucesso mais baixa foi a da *extrema-esquerda* (EE) (3,4%), elegendo apenas 19 prefeitos dos 559 candidatos. A figura 2 sumariza as informações sobre candidaturas a prefeitos por tamanho eleitoral dos municípios e posição ideológica.

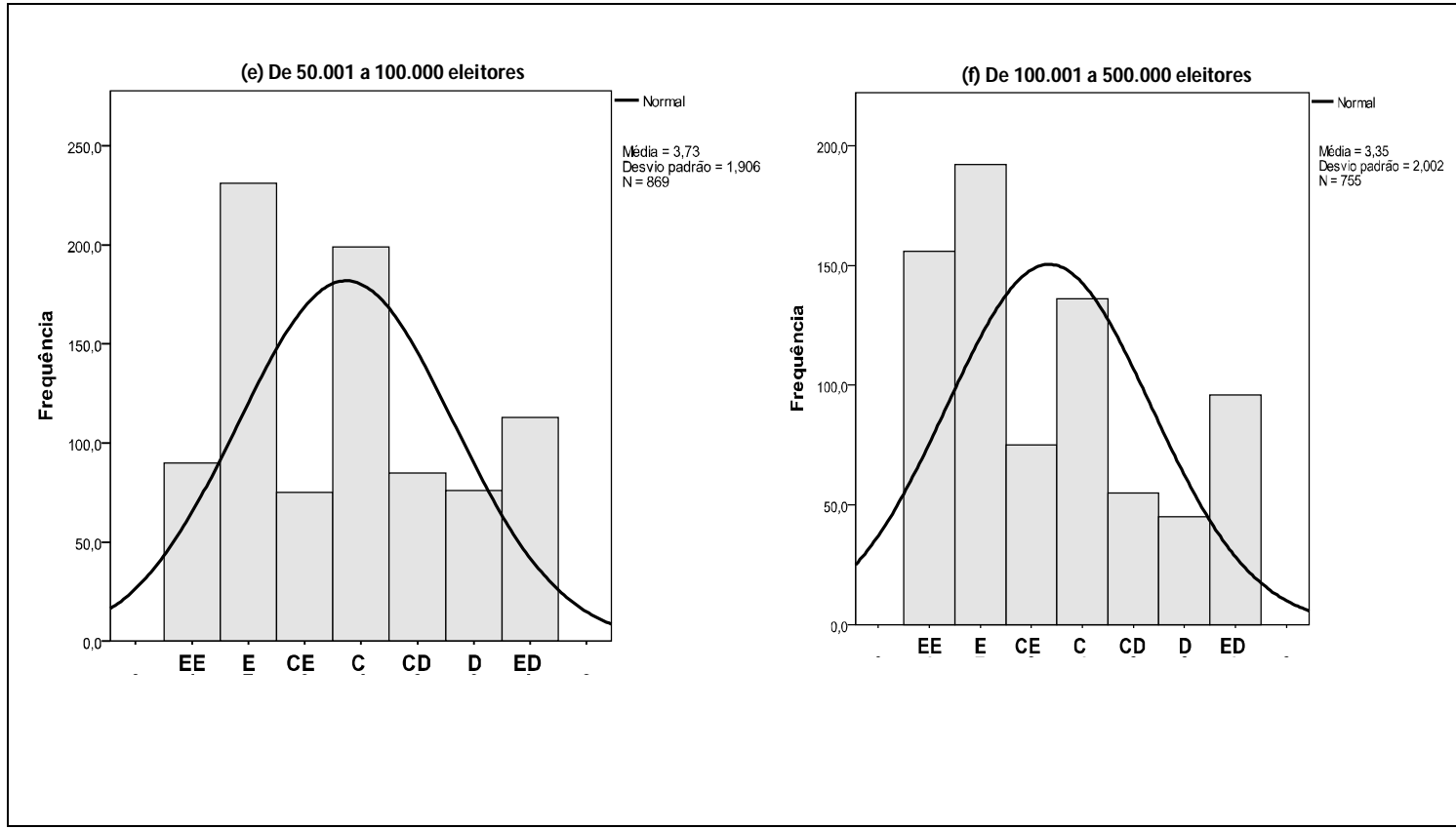
Os dados indicam que a *esquerda* (E) lançou mais candidatos a prefeitos em municípios que estão entre 50.001 a 100.000 eleitores representando 26,58% do total nessa categoria. De maneira geral os candidatos lançado pela *esquerda* (E), ao longo da escala de número de eleitores mantem-se bastantes semelhantes. Por sua vez os partidos de posição ideológica de *centro* (C) lançam mais candidatos em municípios de até 5 mil eleitores (31,88%) seguido dos municípios de até 10 mil eleitores (26,95%). Cabe ressaltar que a *extrema-esquerda* (EE) optou por lançar mais candidatos nas maiores arenas eleitorais do país, representando 20,66% dos seus candidatos nos municípios de 100.001 até 500 mil eleitores e 28,32% nos maiores que 500 mil eleitores.

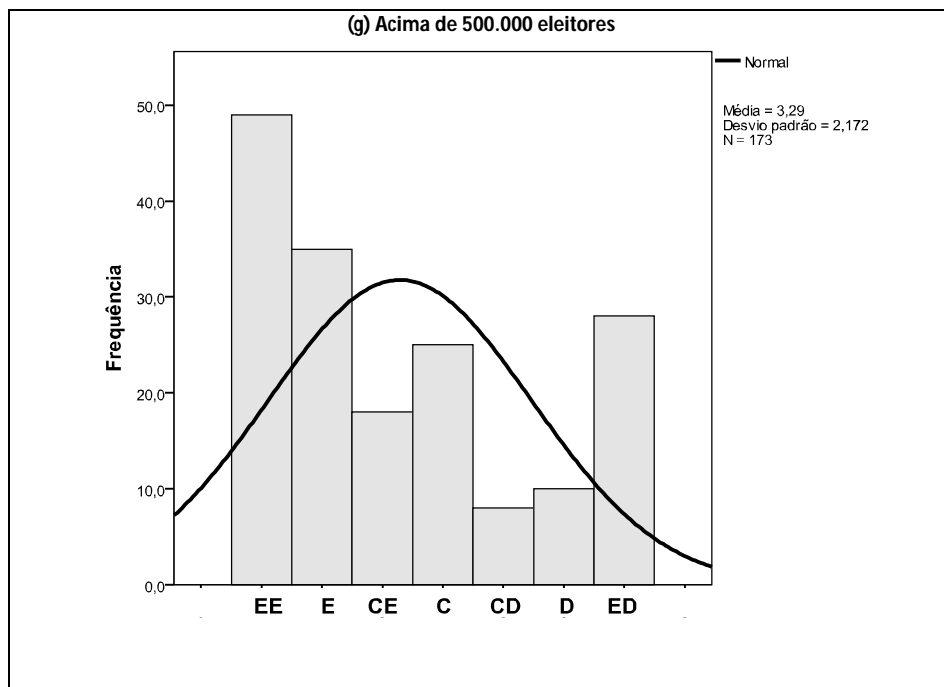
Figura 2 – Candidaturas a prefeito, tamanho eleitoral dos municípios e posição ideológico-partidária



Downs Vence Mais Uma Vez? Posicionamento Ideológico-Partidário nas Eleições 2012





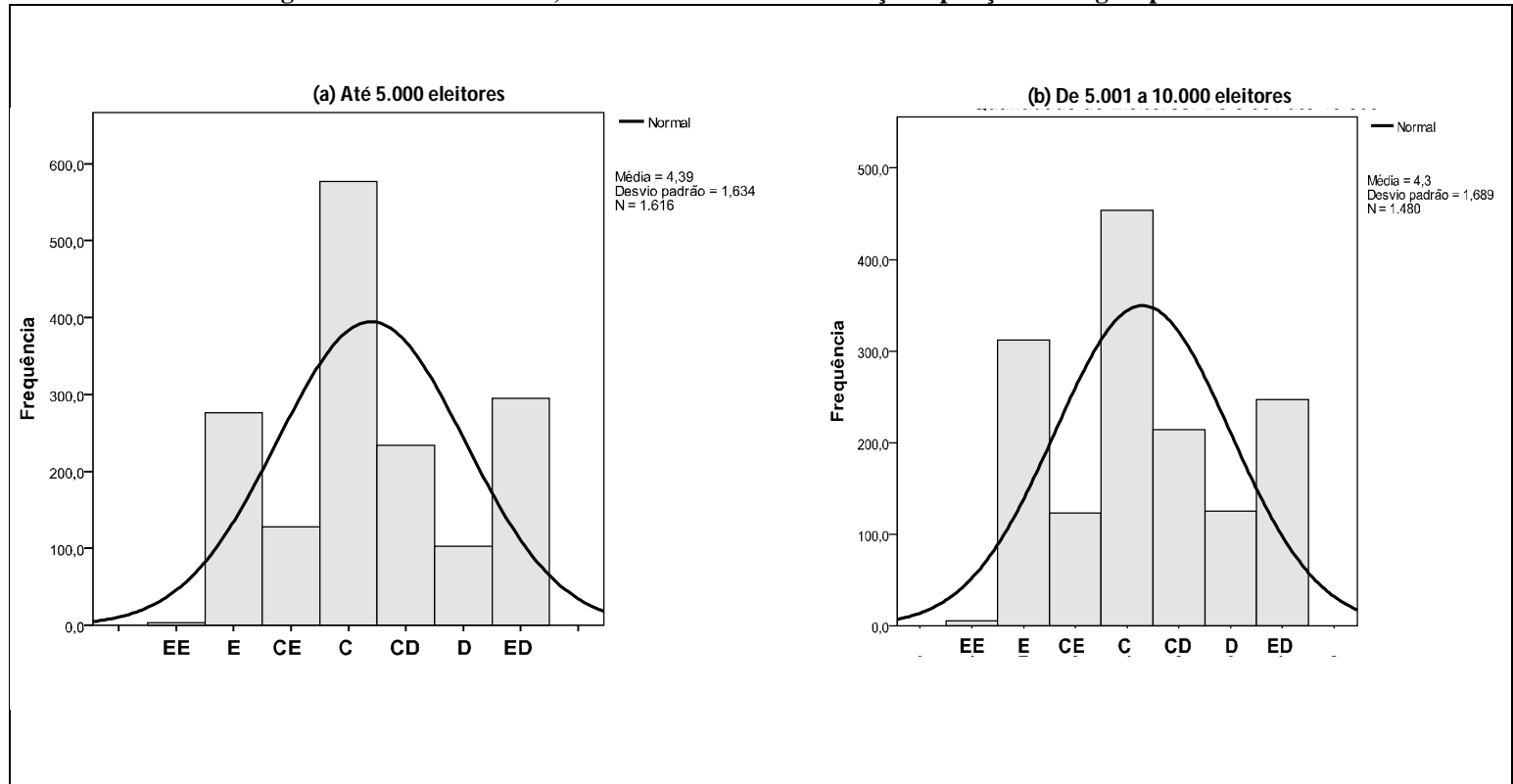


À medida que aumenta o número de eleitores no colégio eleitoral, aumenta a quantidade de candidatos a prefeitos lançados por partidos situados à esquerda da escala. Isso pode ser explicado através do tipo de público alvo desses partidos nos grandes centros, devido o seu apelo ideológico ser mais racional e optar investir em grandes centros, que possivelmente possuam eleitores com maior nível educacional. A figura abaixo resume os dados dos candidatos eleitos por quantidade de eleitores e posicionamento ideológico.

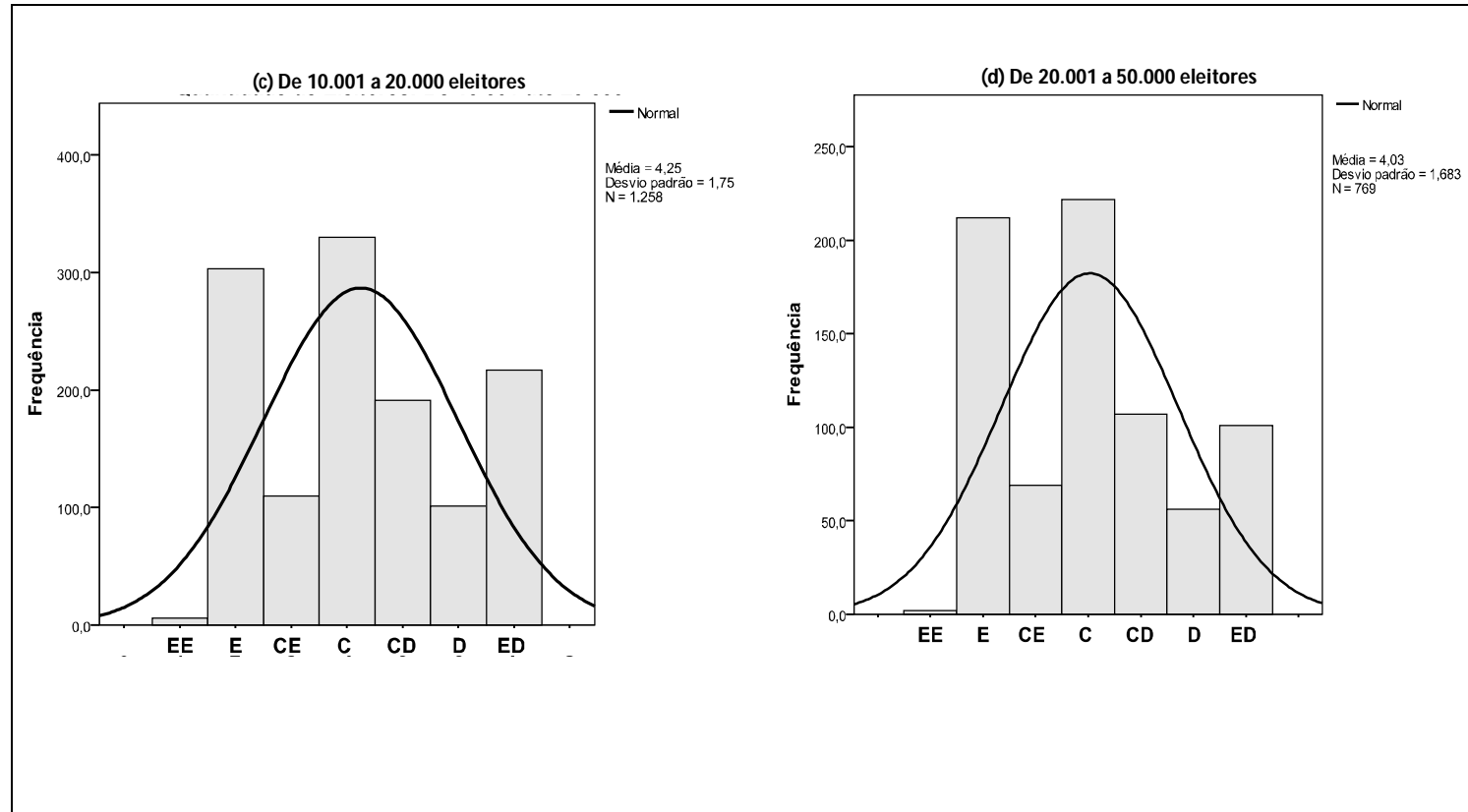
O *centro* (C) se sagrou o grande vencedor em todas as categorias de quantidade de eleitores, exceto nos municípios de mais de 500 mil eleitores¹ onde a *esquerda* (E) conseguiu supera-lo com 45,83% de prefeitos eleitos. A maior taxa de sucesso do *centro* (C) foi nos municípios de até 5 mil eleitores (35,71%). A literatura corrente explica que os

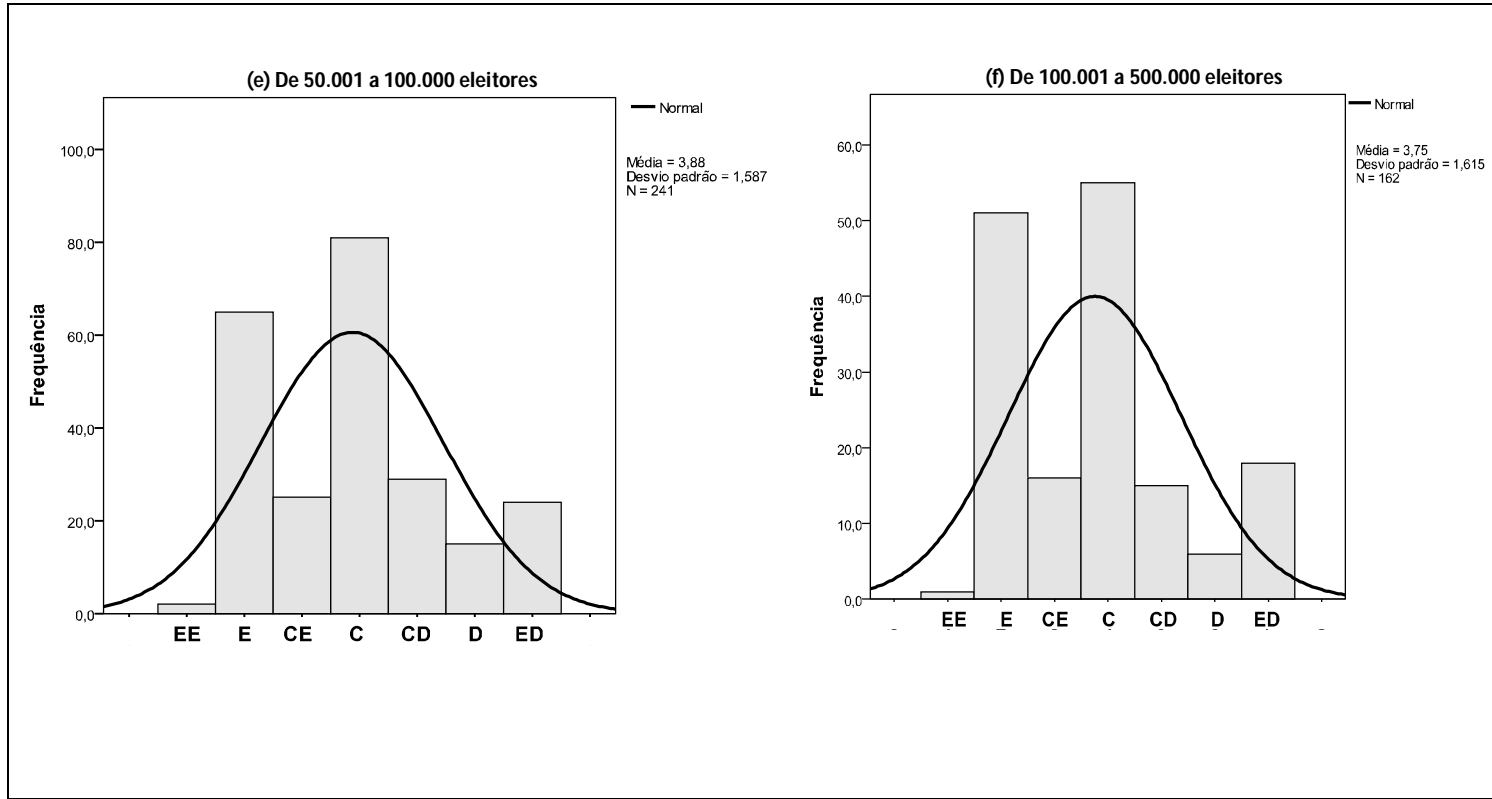
¹ Segundo dados do TSE (2012), o Brasil possui 25 cidades acima de 500 mil eleitores.

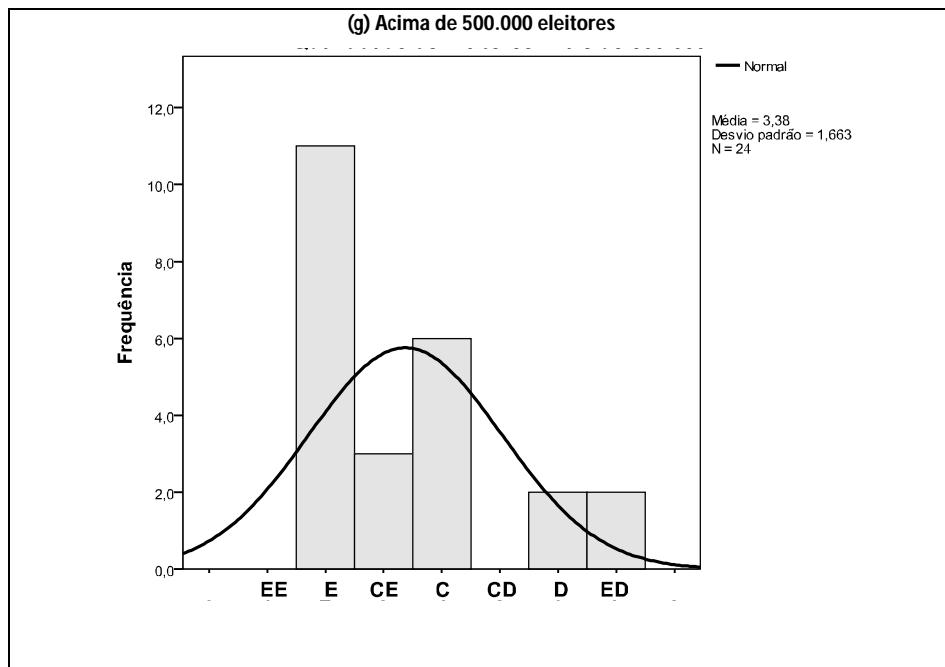
Figura 3 – Prefeitos eleitos, número de eleitores em relação à posição ideológico-partidária



Downs Vence Mais Uma Vez? Posicionamento Ideológico-Partidário nas Eleições 2012





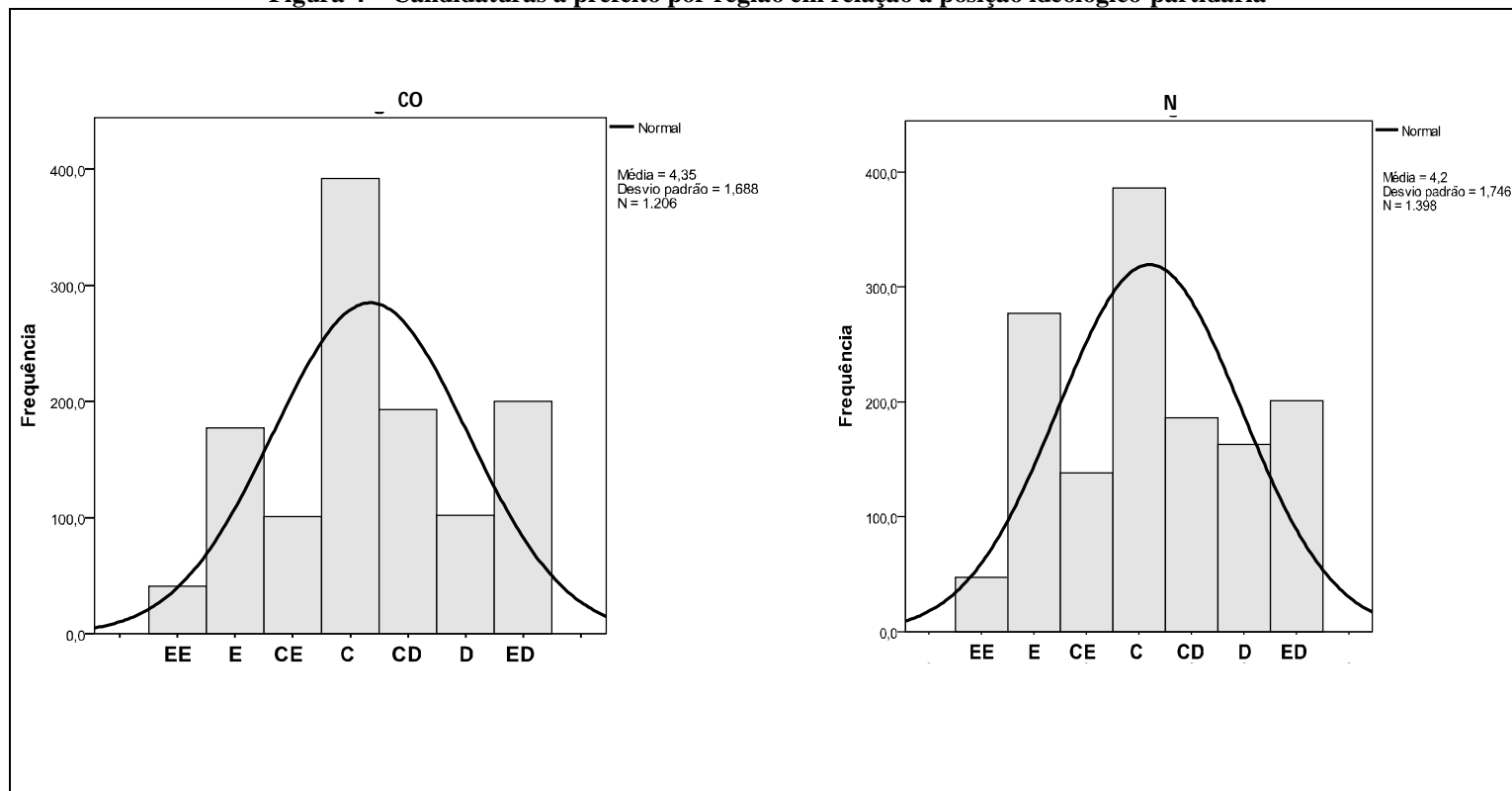


partidos tradicionais exercem grande influência dentro dos pequenos municípios (no nosso caso em número de eleitores) (AVELAR e WALTER, 2008; TELLES, LOURENÇO e STORNI, 2009).

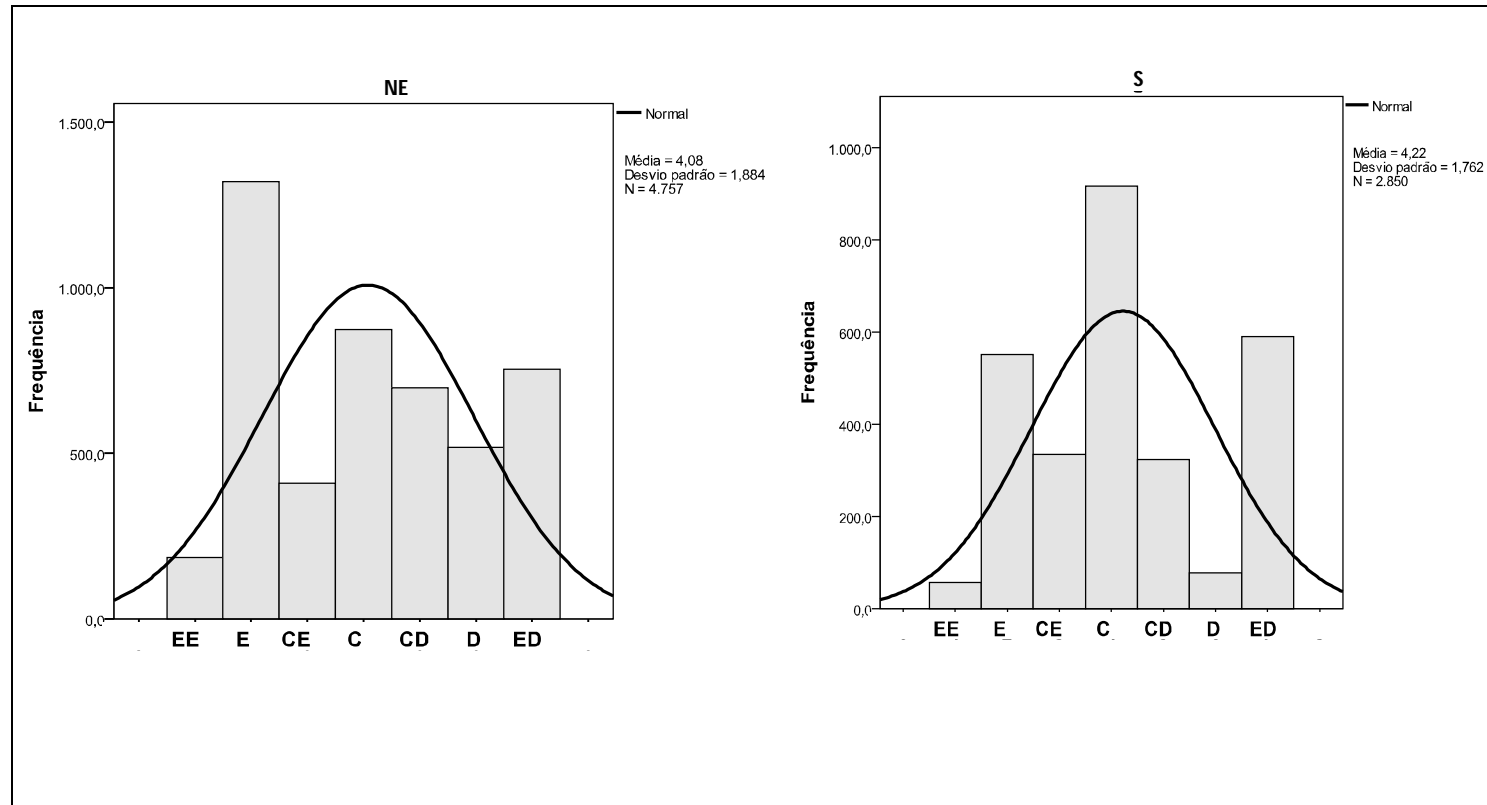
A vitória da *esquerda* (E) nos grandes polos eleitorais do país representa o maior investimento desses partidos nas regiões mais industrializadas. Isso sugere uma tendência desses partidos à vinculação de suas agendas a um eleitorado mais sensível a este tipo de proposta. A figura 4 apresenta os resultados de lançamentos de candidatos por região e posição político-ideológica.

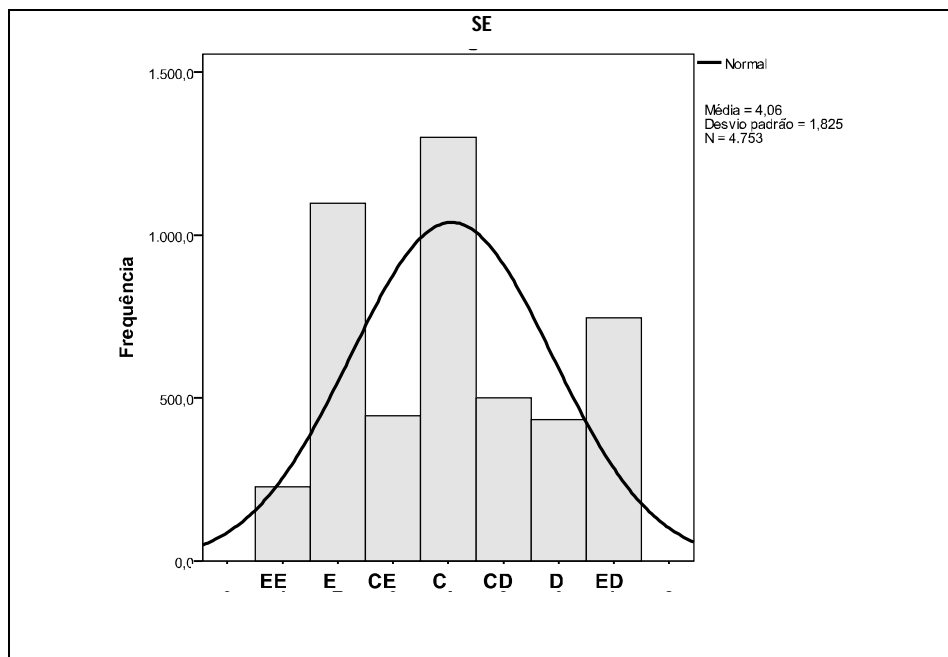
A posição ideológica de *centro* (C) foi a que mais lançou candidatas a prefeitos por regiões do país, apenas no Nordeste o *centro* (C) foi superado pela *esquerda* (E). A figura 5 sumariza os resultados para os prefeitos eleitos em relação às suas respectivas posições ideológico-partidárias e regiões do país, considerando os resultados das disputas entre todos os partidos.

Figura 4 – Candidaturas a prefeito por região em relação a posição ideológico-partidária



Downs Vence Mais Uma Vez? Posicionamento Ideológico-Partidário nas Eleições 2012

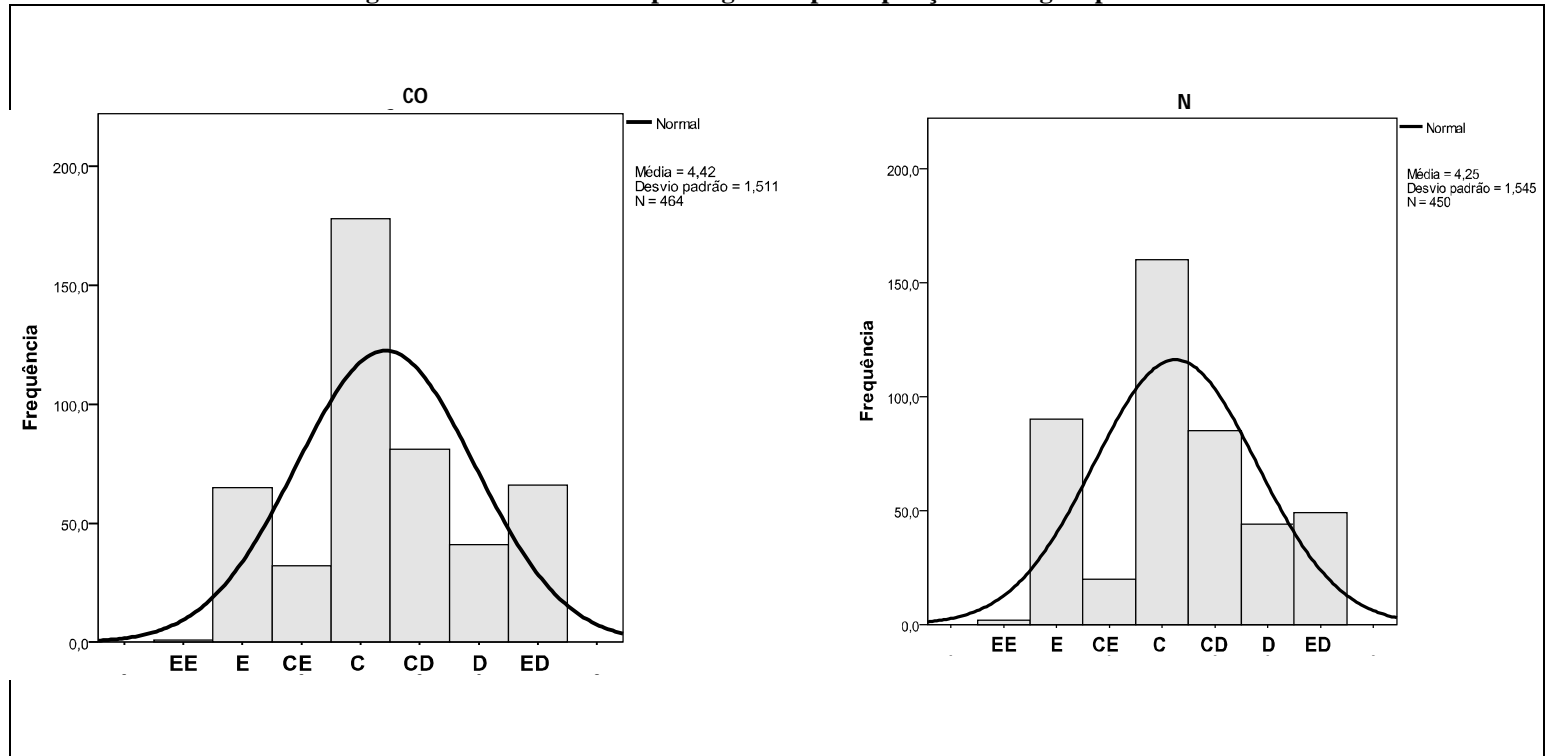


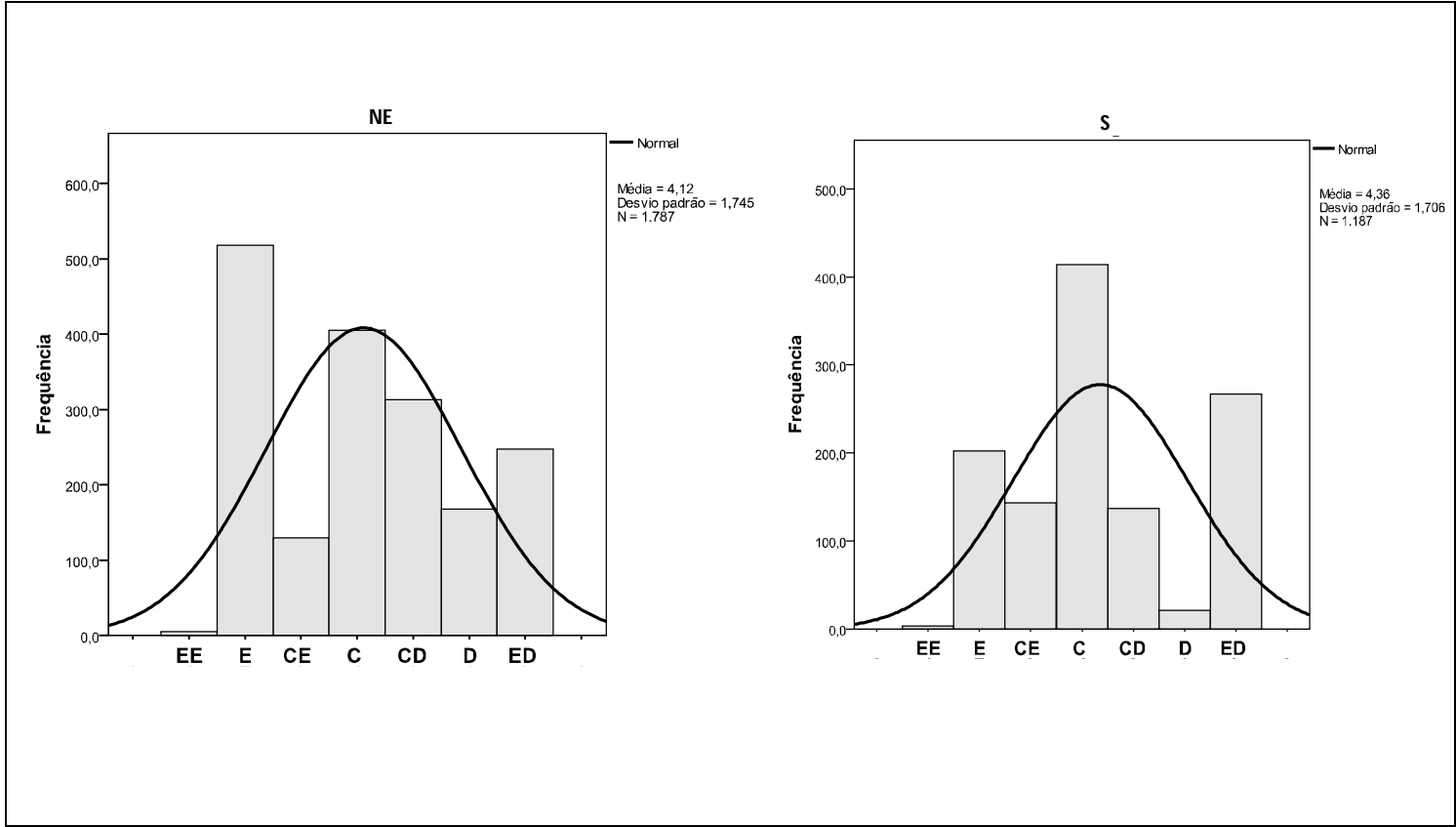


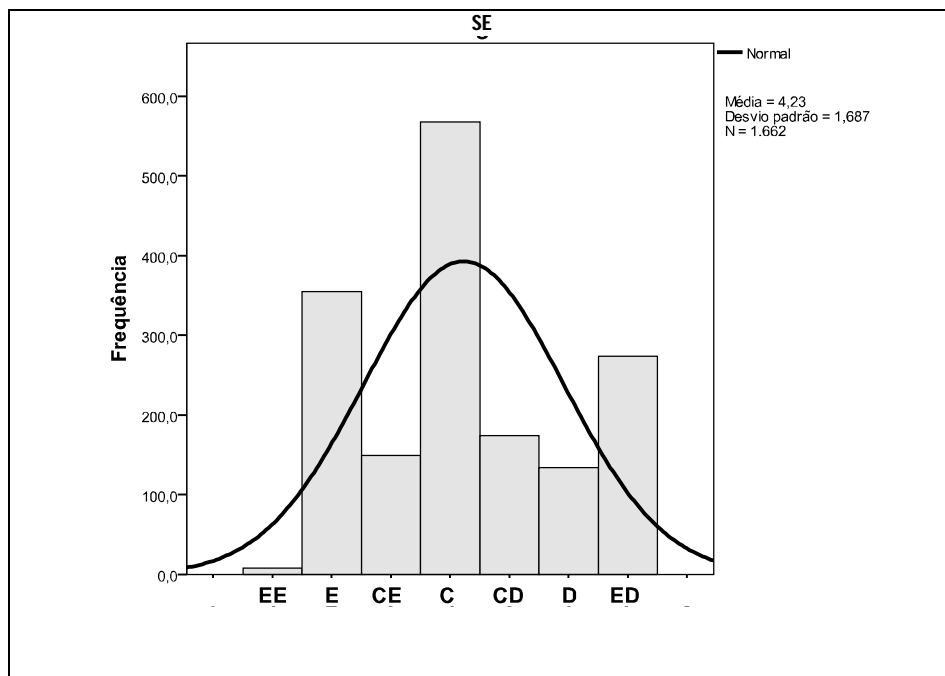
Novamente o *centro* (C), enquanto ideologia partidária, conseguiu apresentar o maior número de prefeitos eleitos em todas as regiões do país, exceto no Nordeste, onde a *esquerda* (E) apresenta seu melhor resultado (28,99%). Na região Centro-Oeste, o *centro* (C) alcançou 38,36% dos prefeitos vencedores, acompanhado de 35,56% na região Norte, 34,88% no Sul e 34,18% no Sudeste do país. A *esquerda* (E), por sua vez, obteve 14% de prefeitos eleitos no Centro-Oeste, 20% Norte, 17,02% no Sul e 21,36% no Nordeste.

Vale ressaltar que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi a agremiação de *esquerda* (E) que obteve a maior taxa de vitória no Nordeste nas eleições para prefeito em 2012, seguido pelo PT (PARANHOS, *et al.*, 2013). O resultado eleitoral desses dois partidos representa a maior taxa de sucesso no país para a *esquerda* (E), considerando a região.

Figura 5 – Prefeitos eleitos por região do país e posição ideológico-partidária





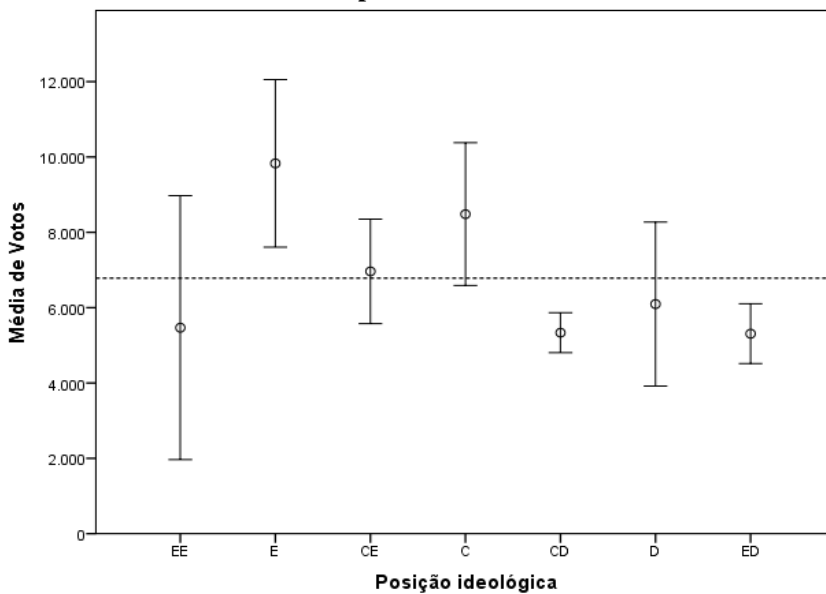


Outro fator de desempenho positivo da *esquerda* (E) no Nordeste está relacionado, em certa medida, aos impactos que as políticas públicas implementadas possuem sobre os eleitores. Downs (1999) sugere que tanto ideologias quanto as políticas propostas e implementadas pelos partidos são importantes para o sucesso eleitoral. Seguindo essa lógica, estudos recentes apontam para a sensibilidade do eleitor às políticas públicas (VEIGA, 2011; BRAGA e PIMENTEL JR, 2011; ANTUNES, 2008; PAIVA *et al.*, 2007). Ainda que parte da literatura aponte para uma *não identificação partidária* (KINZO, 2005; PAIVA *et al.*, 2007; CARREIRÃO, 2008; CARREIRÃO e PERONDI, 2008), eleitores estão atentos quanto aos ganhos obtidos através de políticas públicas governamentais.

Cabe comentar o fraco desempenho da *extrema-esquerda* (EE) contrastando com os resultados obtidos pela *extrema-direita* (ED). Na

região Sul, por exemplo, a *extrema-direita* (ED) foi a segunda variante ideológica a eleger mais prefeitos. Isso demonstra que, no que se refere a posição ideológica no pleito estudado, o eleitor brasileiro está mais próximo de propostas mais conservadoras do que radicais, considerando exclusivamente esses dois polos. O gráfico abaixo resume as informações sobre os votos em termos de média dos candidatos a prefeito em relação à posição ideológica.

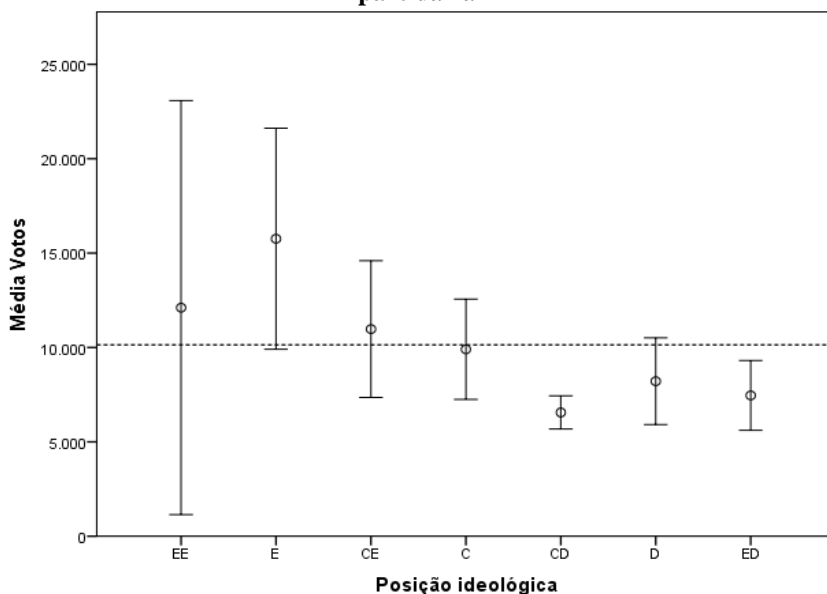
Gráfico 6 – Média de votos por candidatos a prefeito e posição ideológico-partidária



A média geral de votos dos candidatos apresentados à disputa de prefeituras é de 6.783 votos. Os candidatos da *esquerda* (E) apresentaram 9.829 votos em média, seguidos dos candidatos do *centro* (C) (8.482 votos), já os candidatos de *centro-esquerda* (CE) alcançaram 6.963 votos em média. *Extrema-esquerda*, *centro-direita* e *extrema-direita* estão abaixo da média, porém com variações médias diferentes. O próximo

gráfico contém as informações acerca da média dos votos dos prefeitos eleitos por vinculação ideológico-partidária.

Gráfico 7 – Média de votos prefeitos eleitos em relação a posição ideológico-partidária



A média geral dos votos dos candidatos eleitos no Brasil foi de 10.140. O *centro* (C) é a posição ideológica que chegou mais próximo disso (9.903). A média dos votos da *esquerda* (E) (15.758). Isso implica dizer que os prefeitos eleitos pelo *centro* (C), *centro-direita* (CD), *direita* (D) e *extrema-direita* (ED) apresentaram menor variação e mais homogeneidade em votos conquistados. À medida em que os resultados se direcionam para a *extrema-esquerda* (EE), aumenta a variação (desvio padrão = 22.752), indicando que alguns candidatos da mesma posição ideológico-partidária obtiveram muitos votos e outros bem menos – de um lado podem estar candidatos com apelo popular (“puxadores” de votos) e do outro lado candidatos sem expressão eleitoral.

Esta seção analisou os resultados eleitorais nas disputas para prefeitos 2012, levando em conta o voto do eleitor em relação a uma classificação ideológico-partidária. A análise mostrou que a maioria dos votos do eleitorado brasileiro está no centro. Os dados seguem um padrão de normalidade, partindo dos extremos em direção ao centro em escala ascendente. Em síntese, o eleitor médio brasileiro optou por votar nos partidos políticos de posicionamento ideológico de *centro* (C).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que posição ideológico-partidária o eleitor brasileiro votou nas eleições de 2012 para escolher o prefeito municipal? De forma clara, os dados apontaram que eleitor brasileiro, ao votar nas eleições de 2012, concentrou suas escolhas na posição politico-ideológica de *centro* (C), ou seja, o eleitorado brasileiro optou por eleger candidatos de *centro* (C). O posicionamento do eleitorado ao longo da escala política “é um parâmetro crucial” (Downs, 1999) para o sistema político como um todo, mas principalmente para o sistema partidário eleitoral.

De forma resumida, os partidos políticos de *centro* (C) obtiveram maiores taxas de sucesso em todas as categorias de municípios por quantidade de eleitores, exceto nos municípios maiores que 500 mil eleitores, cuja *esquerda* (E) sagrou-se vitoriosa. O *centro* (C) foi também a posição ideológico-partidária que mais elegeu prefeitos em todas as regiões do país, exceto na região Nordeste, onde a *esquerda* (E) elegeu mais candidatos e obteve um número maior de votos. Os resultados também apontam que os partidos políticos de posições ideológicas extremas (*extrema-esquerda* (EE) e *extrema-direita* (ED)) obtiveram resultados um pouco distintos. Enquanto *extrema-esquerda* (EE) obteve os

menores resultados eleitorais em todos os cenários estudados a *extrema-direita* (ED) apresentou desempenho significativamente maior na conquista de cadeiras para prefeitos se comparado à *extrema-esquerda* (EE), apontando para um maior conservadorismo por parte do eleitor brasileiro frente ao radicalismo. Considerando a escala ideológica em que estão situados os partidos, partindo da *extrema-esquerda* (EE) ao centro, essas agremiações políticas receberam maior quantidades de votos do que aquelas situadas do centro para a *extrema-direita*, isso não quer dizer que elegeram mais prefeitos.

Do ponto de vista metodológico, este artigo possui limitações, não fornecendo explicações sobre quais fatores/variáveis explicam o *porquê* da opção ideológica do voto do eleitorado. Apontamos apenas em que posição ideológico-partidária o voto do eleitorado brasileiro se concentrou nas disputas para prefeitos em 2012. Questões dessa natureza poderão ser desenvolvidas a partir de novas análises. Outra questão não menos importante diz respeito à difícil tarefa de classificar, do ponto de vista ideológico, partidos políticos num sistema partidário de 29 agremiações. Atualmente o TSE conta com 19 pedidos de registros de novos partidos políticos, o tornará essa tarefa ainda mais inglória.

APÊNDICE

Cálculo do Posicionamento Ideológico-Partidário (PIP) do PSD.

Quadro 4 – Composição do PSD

Origem partidária do parlamentar que compôs a fundação do PSD	Quantidade de Parlamentares (qp)	Peso na Escala ideológica (P)	Somatório
PT	1	2	2
PSB	1	2	2
DEM	19	7	133

PV	3	2	6
PMDB	3	4	12
PSC	3	7	21
PSDB	2	4	8
PP	4	7	28
PDT	3	3	9
PR	4	6	24
PMN	3	6	18
PPS	4	3	12
PTB	2	5	10
PSB	1	2	2
PC do B	1	2	2
PSL	1	7	7
PHS	1	2	2
TOTAL	56	--	301

A fórmula para calcular o *Posicionamento Ideológico Partidário (PIP)* é:

$$PIP = \frac{\sum P}{\sum qp}$$

onde

$$PIP = \frac{301}{56} = 5,375 \approx 5$$

considerando a escala de posicionamento ideológico para classificar os partidos, o valor 5 (cinco) corresponde à posição *centro-direita* (CD).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMES, B. (2001). *The Deadlock of Democracy in Brazil*. Michigan, Michigan University Press.
- AMORIM NETO, O. (2000). “Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil”. *Dados*, vol. 43, n. 3, Rio de Janeiro.

- ANDERSON, C. J. & WARD, D. S. (1996). Barometer elections in comparative perspective. *Electoral Studies*, 15, 447-460.
- ANTUNES, R. J. da S. (2008). Identificação partidária e comportamento eleitoral. Factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido do voto. 365 p. Tese de Doutorado - Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal.
- AVELAR, L.; WALTER, M. I. M. T. (2008). Lentas Mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº1, p. 96-122.
- BRAGA, M. S. S. e PIMENTEL Jr., J. (2011). Os partidos políticos brasileiros realmente não Importam? *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, p. 271-303.
- CARREIRÃO, Y. S. (2008). Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº2, p.319-351.
- CARREIRÃO, Y. S. (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307-339, nov.
- CARREIRÃO, Y. S. (2002). Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, n. 8, p. 54-79.
- CARREIRÃO, Y. S.; PERONDI, Eduardo (2008). “Disciplina e coalizões partidárias na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999/2006).” In: *32º Encontro Anual da ANPOCS*, 2008, Caxambu. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS.
- DOWNS, A. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP.
- FIGUEIREDO, A. *et al.* (2002). Partidos e distribuição espacial dos votos na cidade de São Paulo 1994-2000. *Novos Estudos CEBRAP*, Nº. 64, p.153-160.
- FIGUEIREDO, A. C. e LIMONGI, F. (1999). Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV.
- FIORINA, M. (1981). *Retropective voting in american national elections*. New Haven: Vale University Press.
- FREIRE, A. (2005). Identidades ideológicas a partidárias na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 11-33.
- HIMMELWEIT, H. T.; HUMPHREYS, P., e JAEGER, M. (1985). *How voters decide*. Philadelphia: Open University Press, pág. 1- 2.
- KINZO, M. D. (1993). *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer.

- KINZO, M. D. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 20, Nº. 57, p. 66-81.
- LAMOUNIER, B. (1989). *Partidos e utopias*. São Paulo: Loyola.
- LEWIS-BECK, M. S. & STEGMAIER, M. (2000). Economic determinants of electoral outcomes. *Annual Reviews of Political Science*, 3, 183-219.
- LIMA JR., O. B. de. (1993). Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80. São Paulo: Loyola.
- LIMONGI, F. & FIGUEIREDO, A. C. (1995). “Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994”. *Dados*, vol. 38, n. 3.
- MADEIRA, R. M. e TAROUÇO, G. S. (2009). Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. In: *33º Encontro Anual da Anpocs, 2009*, Caxambu-MG. Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs, 2009.
- MAINWARING, S. P. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R. & POWER, T. (2000). *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Paz e Terra.
- MELO, C. R. F. de (1999). *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-1998)*. Tese de doutorado apresentada em Ciências Humanas, Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (mimeo.).
- MENEGUELLO, R. (1998). *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985- 1997)*. São Paulo, Paz e Terra.
- MIGUEL, L. F. & MACHADO, C. (2007). Um Equilíbrio Delicado: A Dinâmica das Coligações do PT em Eleições Municipais (2000 e 2004). *DADOS –Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, nº 4, pp. 757 a 793.
- NOVAES, C. A. (1994). Dinâmica institucional da representação. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 99-147.
- PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S. e PIMENTEL Jr., J. (2007). Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº 2, p.388-408.
- PAIVA, D. e TAROUÇO, G. Da S. (2011). Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, p.426-451.
- PARANHOS, R. (2009). Manda quem pode obedece quem é deputado. Partidos políticos na relação executivo-legislativo na arena subnacional - o caso Pernambuco: 1999-2006. 111 p., Dissertação

- de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, Brasil.
- PARANHOS, R.; SILVA, D.; ALVES, E. T.; ALVES, S. & NASCIMENTO, W. S. (2013). Dormindo com o inimigo - Análise comparada do desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais de 2012. *Em Debate*. Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 32-43.
- POWER, T. & ZUCCO Jr., C. (2009). Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. *Latin American Research Review* 44(1): 219-246.
- RODRIGUES, L. M. (2009). *Partidos, ideologia e composição social. Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- RODRIGUES, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 31-47.
- RUA, M. das G. (2009). *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC.
- RUA, M. das G. (1998). “Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos”. In: RUA, M. das G.; VALADÃO, M. I. *O Estudo da Política: Temas Selecionados*. Brasília: Paralelo, 15.
- SABATIER, P. A. (1995). “Political Science and Public Policy”. In: THEODOULOU, S. Z; CAHN, M. A. (Org.). *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey:Prentice Hall, cap. 2, p. 10-15.
- SAMUELS, D. (1997). “Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil”. *Dados*, vol. 40, n. 3, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SCHMITT, H & HOLMBERG, S. (1995). “Political parties in decline?” In H.-D. Klingemann, & D. Fuchs, *Citizens and the state*. Oxford: Oxford University Press.
- SCHUMPETER, J. A. (1952). *Capitalism, socialism, and democracy*. 4. ed. Londres: Allen & Unwin.
- SECCHI, L. (2010). *Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 133 p.
- SCHMITT, R. (2000). *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SCHMITT, R. (1999). “Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados.” *Novos Estudos Cebrap*, vol. 54, julho.
- SCHMITT, R. (1998). *Coligações Eleitorais e Sistema Partidário no Brasil*. Rio de Janeiro, tese de doutorado apresentada e aprovada no IUPERJ (mimeo.).

- SOUZA, C. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, no 16, p. 20-45, jul./dez.
- TAROUCO, G. da S. (2008). Classificação ideológica dos partidos brasileiros: notas de pesquisa. In: *32º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, 2008.
- TAROUCO, G. da S. (2007). Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- TELLES, H. S. e STORNI, T. P. (2009). Desvios e similitudes: ideologia, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e esquerda. In: *33º Encontro Nacional da Anpocs, 2009*, Caxambu. Anais (Eletrônicos) do 33º Encontro Nacional da Anpocs, 2009. p. 1-25.
- TELLES, H. S.; LOURENÇO, L. C. e STORNI, T. P. L. (2009). Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116.
- VEIGA, L. F. (2011). O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, Campinas, vol. 17, nº 2, p. 400-425.
- VEIGA, L. F. (2007). Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião pública*, v. 13, n. 2, p. 340-365.
- ZUCCO Jr., C. (2009). Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. Seminário "Legislator Views of Brazilian Governance". Disponível em: <http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paper-esquerdadireitagoverno.br.pdf>. Acessado em: 28 de Maio de 2013 às 16:16.